

Dispositivos legais que abrangem algumas hipóteses de sigilo:

- [Constituição Federal 1988](#) (Art. 5º, incisos XII; XIV; XXXIII)
- [Lei nº 8.112/1990](#) Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Art. 150).
- [Lei nº 8.159/1991](#) Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências (Art. 4º).
- [Lei 8.666/1993](#) Licitações e Contratos da Administração Pública (§ 3º do Art. 3º e Art. 94).
- [Lei 9.279/1996](#) Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial (Art. 30; Art. 105 e 106)
- [Lei 9.609/1998](#) Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador (§ 2º do Art. 3º)
- [Lei 9.784/1999](#) Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (inciso V do Art. 2º e Art. 46.)
- [Lei de Acesso à Informação 12.527/2011](#) (Art. 6º, inciso III; § 1º do Art. 7º; Art. 22.; Art. 31; Art. 34).
- [Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967](#) Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências (Art. 86)
- [Decreto 6.029/2007](#) Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal (Art. 13)
- [Decreto 7.003/2009](#) Regulamenta a licença para tratamento da saúde (§ 6º do Art. 4º)
- [Decreto 7.724/2012](#) Regulamenta a Lei 12.527/2011 (Art. 6º e Art. 55).
- [Decreto 7.845/2012](#) Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.